



LA RAZÓN HISTÓRICA.

Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas

ISSN 1989-2659

Número 50, Año 2021, páginas 136-157

www.revistalarazonhistorica.com

A transferência da capital do Piauí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Professor do Curso de História/CSHNB e do PPGH da
Universidade Federal do Piauí, Doutor
em História UFPE-PE (Brasil)

José Lins Duarte

Professor do Curso de História/CSHNB da
Universidade Federal do Piauí, Mestre
em História UFPE-PE (Brasil)

Transferencia de capital de Piauí en el siglo XIX: motivaciones y lucha en este transcurso

Transfer of capital of Piauí in the XIX century: motivations and fighting in this transcourse

Resumen. Conforme a intereses principalmente políticos y económicos, se buscó apoyo en los gobiernos provinciales e imperiales para el cambio del centro administrativo de Piauí. Para eso, el argumento predominante fue la necesidad de favorecer la presencia del gobierno, sacar a Piauí del aislamiento interior y elevarlo a la condición de participación significativa en los asuntos del Imperio. Esta fue una consideración en un intento de justificar el traspaso del capital, dejando Oeiras para el nuevo Poti, futura Teresina. Este propósito, estimó un avance considerable para el desarrollo de la provincia, porque esta nueva ubicación a orillas del Parnaíba, un río perenne y navegable hacia la costa, constituyó una liberación expresiva de los puertos de Maranhão y Ceará. Vinculado a esta perspectiva, se propuso incentivar el asentamiento en las inmediaciones de la arteria acuática que se exploraría, incluyendo el desbroce y ocupación de pobladores de provincias aledañas, habiendo visto la falta de población para ejercer actividades agrícolas a gran escala. . Convergiendo a favor de estas intenciones, se produjo la movilización de componentes de la sociedad, sustancialmente los de la ciudad de Parnaíba, principal centro económico de la época, impulsados por comerciantes locales y extranjeros, quienes manifestaron su descontento por la precariedad de los medios de producción. conducción utilizada para salidas. de productos al puerto, lo que impidió a

agricultores, ganaderos y comerciantes expandir su negocio. Sin embargo, aun obteniendo la autorización para realizar la transferencia de capital en 1842, la ley obtenida por el gobierno central encontró resistencia de grupos influyentes en la capital Oeiras, lo que retrasó el cumplimiento de la determinación por varios años.

Palabras clave: Piauí. Transferencia de capital. Teresina. Gobierno provincial. Gobierno imperial.

Abstract. Conforming mainly political and economic interests, support was sought in the provincial and imperial governments for the change of the administrative center in Piauí. For that, the predominant argument was the need to favor the government presence, remove Piauí from the interior isolation and elevate it to the condition of significant participation in the affairs of the Empire. This was a consideration in an attempt to justify the transfer of the capital, leaving Oeiras for the new Poti, future Teresina. This purpose, estimated a considerable advance to the development of the province, because this new location on the banks of Parnaíba, a perennial and navigable river to the coast, constituted an expressive liberation of the ports of Maranhão and Ceará. Linked to this perspective, it was pleaded to encourage the settlement in the vicinity of the aquatic artery that would be explored, including the clearing and occupation of people from adjacent provinces, having seen, the lack of population to exercise agricultural activities on a large scale. Converging in favor of these intentions, there was the mobilization of components of society, substantially those of the city of Parnaíba, the main economic center at the time, driven by local and foreign traders, who expressed their dissatisfaction with the precariousness of the means of driving used for outlets. of products to the port, which prevented farmers, breeders and traders from spreading their business. However, even obtaining authorization to carry out the capital transfer in 1842, the law obtained by the central government met resistance from influential groups in the capital Oeiras, which delayed the fulfillment of the determination for several years.

Key words: Piauí. Transfer of capital. Teresina. Provincial government. Imperial government.

1. Introdução

Durante a exposição optamos por empregar alguns elementos históricos capazes de contribuir na compreensão de um processo político sucedido na região norte brasileira, cuja efetivação passava pela mudança da localização do centro administrativo da província do Piauí para unir a sua hinterlândia. Esse propósito contou com uma série de embates envolvendo a política local e também a imperial. Incluiu, ainda, parcela dos potentados locais, certamente aqueles que de alguma forma se sentiam inseridos nas implicações dessa alteração, os quais se dividiam entre os que aprovavam e os contrários, pois pesava sobre variados interesses, sobremaneira os econômicos. Para tanto, as argumentações favoráveis concentraram esforços em debates na assembleia provincial, ao invés de dedicarem empenhos apenas na

autoridade governamental. O pretexto de tornar o Piauí mais desenvolvido, moderno e partícipe na estrutura imperial se configurou nas fundamentações mais utilizadas, uma vez que a ideia de retirar essa província do isolamento interiorano e elevar o seu desempenho econômico, soava como um fator aglutinador, apesar das divergências existentes.

Aqui podemos enfatizar que as autoridades do Piauí e os comerciantes reivindicavam vinculações mais estreitas, tanto com a Corte, quanto em relação ao escoamento de mercadorias para as províncias do Maranhão e Ceará. Na verdade, essas questões eram reflexos tardios que Dias fizera sobre a interiorização da metrópole a partir das redes de ligação e contatos, da “consolidação do Império, principalmente no sentido de arregimentação de forças políticas”, também de uma consciência nacional que inspirasse a ânsia de um país “integrador e progressista”. (Dias, 2005, p. 37).

Era sobre esse auspício que almejava parte da elite piauiense, a de se integrar com o comércio externo, ampliar o desempenho no mercado interprovincial e de estreitar os laços com o governo imperial. Por isso o plano da transferência da capital aguçou severos debates em torno desse projeto.

Entretanto, mesmo avaliando essas considerações, grupos influentes, compostos por líderes políticos, criadores e negociantes, notadamente os residentes na capital e regiões próximas, apresentavam sérias resistências quanto a intenção da transferência (Monteiro, 2015, p.304 a 306). Não por conta da ideia de desenvolvimento, mas por interferir em seus interesses políticos e econômicos. Uma vez que, ante as circunstâncias, passaram a aceitar parcialmente a proposta, desde que a sede provincial não fosse deslocada para a Nova Poti ou Parnaíba.

Os favoráveis a mudança, reforçavam as argumentações utilizando, como exemplo, a necessidade de agilizar a presença governamental na jurisdição piauiense, uma vez que as dificuldades decorrentes da falta de estradas, de transportes e de comunicações eram colocadas como fatores que interferiam no crescimento local, inclusive, da navegação marítima que estava em declínio desde o processo de Independência. (cf. Nunes, 1974, p. 128).

Assim, as discussões apontavam como vantajoso o deslocamento para a área destinada ao novo assentamento administrativo, às margens do Parnaíba, um rio

perene e navegável, reputada como ideal e fundamental nesse processo. Isso, por entender que iria representar uma considerável aproximação com o litoral e conseqüentemente uma expressiva liberação dos portos maranhenses.

Além disso, contribuiria para reduzir outra substancial dificuldade, a necessidade de mão-de-obra para atuar na agricultura voltada à exportação, (Presidente da Província, 22/9/1856, p. 22), pois a partir desse novo direcionamento criava-se a possibilidade de instigar maior povoamento para as proximidades da aquavia, e assim, abrir perspectivas de aumento da produção agrícola, uma carência tanto para o consumo interno quanto para o externo (Queiroz, 2006, p. 22).

Contudo, mesmo apresentando posicionamentos bem elaborados, não foram suficientes para acelerar a conclusão desse propósito. Enfim, os desdobramentos realizados e suas respectivas expectativas somente se concretizaram, cerca de sessenta anos após a proposição inicial, com a efetivação da transferência da capital, saindo de Oeiras para Teresina.

Fernando António de Noronha toma posse do cargo de governador e capitão general das capitânicas do Maranhão e Piauí. Foi este governador quem primeiro aventou a ideia da mudança da capital do Piauí, de Oeiras para as margens do rio Parnaíba, chegando mesmo a propô-la ao rei ao partir de Lisboa para o Maranhão, como se vê de um ofício do governador do Piauí dom João de Amorim Pereira dirigido ao governador daquela capitania [...] (Pereira da Costa, 1974, p. 195).

2. Oeiras, a primeira capital do Piauí

O processo de formação da Capitania do Piauí ocorreu de forma gradativa, considerando as diretrizes esboçadas no período colonial. A sua independência administrativa ocorreu em 29 de julho de 1758, através de Carta Régia, sendo nomeado para governador João Pereira Caldas, o qual assumiu o cargo em 20 de setembro do mesmo ano. Contudo, até chegar a essa condição venceu duas etapas de submissão, sendo na primeira vinculada a Pernambuco até 1695 e na segunda a partir dessa data sob a jurisdição do Maranhão. (Sampaio, 1963, p. 254).

Ao confirmar essa soberania, passou a ter sua sede em Oeiras, a qual foi elevada à condição de cidade em 1761, quando o seu nome foi alterado para o atual. Localizada no centro norte da província piauiense, nas proximidades do rio Canindé, o antigo

povoado de Cabrobó atingiu a categoria de vila a partir da Carta Régia de 30 de junho de 1718, mas com o nome de Mocha, que, nessa ocasião, representava o núcleo de maior povoamento da região. (Alencastre, 1857, p.125-126). Contudo, naquele contexto, a fixação da capital foi uma ação importante da Coroa, pois afiançou a “gradual expansão urbana de Oeiras” que “passou pelo predicamento de freguesia, instância eclesiástica que garantia, em tese, a reunião de moradores dispersos e isolados”. (Arraes, 2012, p. 4).

Entretanto, apresentava uma conformação ainda distante de um centro administrativo de porte, pois possuía poucas edificações públicas e igrejas, ruas sem calçamento e traçado irregular, ainda ficava distante do rio Parnaíba, que era o tronco de comunicação da província (Andrade, 1979, p. 67). No mesmo ano da criação da Capitania do Piauí, o padre José Morais, explanando sobre o recém núcleo governamental, forneceu algumas especificações sobre a economia nela desempenhada:

A vila está fundada no meio dos sertões da capitania, diz o referido padre, cingida de vastíssimas e abundantes campinas, de gado vacum e cavalar, de que se provê uma grande parte das capitânicas do Brasil, podendo abranger muito mais a sua fecundidade, se, como são fáceis no produzir, o fossem também as suas conduções. (Pereira da Costa, 1974, p. 83).

Descrevendo sobre a sua ocupação territorial e desempenho econômico, Manuel Correia de Andrade (1979, p. 78) acentua que uma das características concernente à região norte consistia na criação de gado, estando atrelada à influência ligada ao povoamento vindo do Ceará. As incursões advindas pelo Sul se deram por conta da penetração baiana, inclusive, deram origem a Oeiras. De forma ampla, a economia piauiense se baseava na pecuária extensiva, essa atividade era voltada à produção de carne e também de couro que, segundo Brandão, se formou uma “zona de produção pecuarista cujo produto destinava-se ao abastecimento do mercado brasileiro” (2012, p. 39).

Mesmo considerando a conquista de ter se emancipado do Maranhão, pairavam questionamentos quanto a localização geográfica da sede administrativa piauiense. Tendo em vista, que não projetava perspectivas de satisfatórios resultados no âmbito da acessibilidade e pretensões comerciais. Com isso, não sendo capaz de evitar

indagações adversas, quanto a ser um lugar impróprio para exercer tamanha importância.

Nesse transcurso, tomou posse do governo Fernando Antônio de Noronha, em 1792. Certamente, ao avaliar as condições locais e comparando-as com as do Maranhão, Capitania que também governava, dirigindo-se ao rei, propôs o deslocamento da capital para as margens do rio Parnaíba, assim, tornando-se provavelmente o primeiro a realizar esse pleito. (Rêgo, 2000, p. 51).

Embora não tendo sido acatada a proposta nessa investida pioneira, posteriormente a pauta das discussões foi retomada em abril de 1798, sendo postulada a mesma localização sugerida anteriormente. (Chaves, 2013, p. 23). Contudo, nessa ocasião buscou-se convencer o ministro do ultramar dom Rodrigo de Sousa Coutinho, tendo como solicitante o governador dom João de Amorim Pereira, o qual não hesitou em apresentar seu ponto de vista, alegando que:

A situação desta capitania é diametralmente oposta, não só ao seu adiantamento, mas ainda mesmo à sua conservação; a experiência o tem mostrado, e as razões seguintes o manifestam:

Em primeiro lugar o terreno da capitania é incapaz da produção necessária para a sustentação de seus habitantes; pois todos os gêneros que se consomem nesta cidade vêm daqui 10, 15, 20 e mais léguas em cavalos, que apenas carregam 5 arrobas, e fazem por dia 5 a 6 léguas de caminho, o que faz com que sejam mais caros do que em Portugal, sendo por mar conduzidos dos portos deste continente; esta razão, unida a grande preguiça, quase universal destes povos, os reduz muitas vezes a padecer muitas fomes, o que não sucederia se fosse a capital situada nas margens do excelente rio Parnaíba, navegável algumas duzentas léguas, abundantíssimo de peixe, sendo suas margens suscetível de mais e melhor produção de todos os efeitos, que fazem o principal objeto de transporte para os portos de Portugal; o melhor é certamente o que já se vai colhendo, o algodão, que podia e até devia produzir em grande abundância. O açúcar, o arroz, o tabaco e todas as mais produções da América progrediriam, se tivesse tido um braço, que animasse a sua produção, e um génio que buscasse os meios de seu aumento [...] (Pereira da Costa, 1974, p. 204-205).

Buscando reforçar sua defesa, utiliza-se da análise comercial internacional, alegando que o relevante desempenho desse ramo decorre do bom aproveitamento dos recursos naturais existentes, além da realização de uma adequada gestão nesses casos. Esse esboço abordado procede da ausência de avanços tecnológicos e mecânicos, ainda

em estágio pouco desenvolvidos no Brasil, pois resulta da Revolução Industrial desencadeada na Europa Ocidental.

Trazendo para o âmbito regional, compara à situação maranhense, mencionando o exemplo do rio Itapecuru, cuja exploração viabiliza o transporte de diversas mercadorias e produz satisfatório desenvolvimento, capaz de superar o piauiense. Essas facilidades decorrem da utilização da hidrovia, a partir do percurso de acesso pela barra se estendendo pelo interior do mencionado curso d'água, que além de mobilizar as áreas pertinentes as suas proximidades, permite a entrada de artigos de vários gêneros com preços mais baixos, ainda fortalecidos pelo comércio de produtos negociados com Lisboa. Acentuando a sua explanação, alega que o referido rio não excede as condições existentes no rio Parnaíba. (Pereira da Costa, 1974, p. 205).

Enfatizando a localização de Oeiras, posicionou-se contrário à sua permanência como sede, pois não consegue observar fatores a médio e longo prazo favoráveis, capazes de impulsionar o seu desenvolvimento e, assim, projetar o Piauí. Também demonstrou a sua preferência pela vila de São João do Parnaíba, localizada a cerca de 13 km do litoral, por conta das facilidades de acesso e mobilidade decorrente da estrutura já existente nessa localidade, como também entendeu que se tratava da via de entrada para o comércio mundial e o elemento facilitador para adentrar ao seu interior, e assim promover maior incremento a capitania. Dessa forma, para ratificar sua postura e reforçar sua defesa, o governador dom João de Amorim Pereira argumentou:

Esta capital, pelo seu ponto central, dista da vila de Campo Maior 80 léguas; sendo mudada para a de São João da Parnaíba, ficaria distante 40, e de todas as mais com pouca diferença. O meu parecer é que V. Exa. proponha a S. M. a mudança da cidade para aquela excelente vila, que dentro em pouco tempo virá a ser uma boa cidade. (Pereira da Costa, 1974, p. 205).

Parte dessas comunicações que eram ofícios dirigidos ao ministro do ultramar, chegaram ao conhecimento do governador do Maranhão, dom Diogo de Sousa, o qual entrou em contato com dom João de Amorim Pereira e, então, eles realizaram algumas discussões e estudos referentes à questão em pauta. Tendo como consequência um acréscimo na argumentação do governador do Piauí registrado através de um ofício de 5 de março de 1799, que mesmo não abrindo mão da preferência pela localização

anterior, apontou para outro lugar no qual o rio Poti faz barra com o rio Parnaíba, onde poderia ser formada uma vila, em decorrência das potencialidades apresentadas. (Pereira da Costa, 1974, p. 206). Todavia, apesar dos esforços demandados por governantes piauienses em momentos diferentes, findou-se o século XVIII e as propostas não se concretizaram, permanecendo a capital em Oeiras.

3. Embates e motivações no século XIX

Adentrando o século XIX, persistiram os questionamentos envolvendo as condições do local onde estava situada a capital do Piauí, explorando com ênfase as circunstâncias adversas e suas implicações inibidoras do desenvolvimento da Capitania. Assim, não tardou para esse tema retomar os debates políticos, inicialmente em duas ocasiões, a primeira em 1812 e depois em 1816, sendo também apreciadas nas câmaras constituintes em assembleia geral no Rio de Janeiro. Nesses casos a localização preterida foi a de Parnaíba. Entretanto, reiterando o resultado conferido no século anterior, não se efetivou a mudança sugerida. (Pereira da Costa, 1974, p. 206-207).

Apesar das adversidades, manteve-se a pretensão na busca por outro ponto, o qual oferecesse possibilidades capazes de contribuir para o desenvolvimento do núcleo administrativo provincial. Sendo assim, ao confrontar as condições contrárias com as favoráveis, somavam-se argumentos querendo justificar essa precisão. Tomando como exemplo o acontecimento da proclamação da independência do Brasil, ocorrida em São Paulo em 7 de setembro de 1822, verificou-se que essa informação somente chegou ao Piauí no dia 30 do mesmo mês, via mar, e na vila de Parnaíba, que fica a uma distância de 126 léguas de Oeiras. (Santana e Santos, 2007, p. 64).

Contudo, o assunto permaneceu arrefecido durante mais de vinte anos, apesar de o desempenho da província no âmbito econômico e social ser questionado dentro e fora da capital. Entretanto, essa questão somente voltou a ocupar espaço na última década da primeira metade do século XIX, conferindo alguns posicionamentos apropriados ao deslocamento da capital. Entretanto, essa disposição era apoiada por representantes locais. Dessa maneira, essas observações realizadas por emissários territoriais podiam remeter a determinadas ponderações, pois, em decorrência da obrigatoriedade da rotatividade dos governantes em regiões brasileiras, criava-se a

expectativa de haver um movimento corporativo com interesses mobilizados apenas pela conveniência na aquisição de experiência de governo. (Carvalho, 2003, p. 121).

Através desse itinerário, torna-se possível avaliar, conceber outras impressões, a partir do relato de pessoas distintas não envolvidas com os problemas do Brasil. Nesse caso, uma das possibilidades foi a da apreciação estrangeira sobre o assunto. Para tanto, podemos tomar como um exemplo a passagem do botânico inglês George Gardner em Oeiras em março de 1839, dando continuidade aos seus estudos sobre a flora do Piauí. (Aquino, 1980, p. 238).

Ao chegar à capital piauiense, portando cartas de recomendação, foi se apresentar ao presidente. Adentrando a cidade, buscou informações da localização do palácio, o assim chamado prédio do governo da província, e logo foi atendido a contento por um soldado. A sua impressão não foi das melhores ao se aproximar do lugar; considerou a edificação de porte modesto, de qualidade e arquitetura incompatível para acolher a responsabilidade de uma sede administrativa provincial. Porém, a sua descrição ao retratar a aparência da sentinela, denota certa compreensão a respeito dos incômodos demonstrados por apreciações referindo-se a dificuldades de gestão, pouca capacidade de desenvolvimento e estagnação do Piauí. Sobre o referido guarda George Gardner (1975, p. 123) relata que:

Era um Jovem mulato trajando a farda das tropas de linha, que parecia não lhe ter saído das costas havia bem seis anos; sua barretina de pano era velha e ensebada; a blusa azul compunha-se metade de remendos e metade de buracos e deixava a descoberto o peito nu demonstrando a ausência de camisa; as calças eram pouco melhores que a blusa, e os seus pés, sem meias, estavam metidos num par de velhas botas, acalcanhadas e estouradas nas pontas. Não fora o mosquete e a sua posição erecta, tê-lo-ia tomado por um mendigo.

Tendo desmontado do seu cavalo, ao colocar os pés na calçada foi informado de maneira grosseira que não poderia entrar de esporas, condição essa prontamente atendida, sem que outro requisito lhe fosse solicitado. Após cerca de 15 minutos, aguardando em um pequeno recinto de recepção, “foi conduzido a uma sala mais espaçosa sala contendo duas pequenas mesas, um sofá e algumas cadeiras”. Logo em seguida, veio o Presidente da Província, ainda lendo suas cartas de recomendação, e

pediu-lhe desculpas pelas vestes simples que trajava naquele momento, pois assim estava por causa do forte calor do dia. (Gardner, 1975, p. 123).

A sua atenção durante a apresentação ao barão da Parnaíba, destinou-se a aspectos pessoais e algumas observações anteriormente divulgadas a seu respeito, dentre as quais de que se tratava de um despótico, o Francia do Piauí, fazendo alusão ao ditador paraguaio José Gaspar Rodrigues de Francia. (Aquino, 1980, p. 239). Além disso, analisou o seu aspecto físico, alegando que era de estatura baixa, aparentava ter uns setenta anos, mas dentro de aparências comuns de pessoas do Brasil.

Quanto ao diálogo ocorrido após a leitura das cartas, foi envolvido de certo impasse decorrente da desconfiança e da dificuldade de entendimento por parte do governante quanto ao tipo de atividade exercida pelo estrangeiro. Mesmo não se fazendo compreender de forma satisfatória quanto aos motivos da sua visita ao Brasil, e naquela oportunidade em terras do Piauí, Gardner foi atendido com respeito e atenção, dentro do possível, pelo presidente durante sua permanência na capital da província. Logo que percebeu a pretensão do botânico em se estabelecer na cidade por alguns dias, providenciou uma casa e algumas mobílias, compostas de duas cadeiras, uma mesa e uma jarra para água, a fim de oferecer o mínimo necessário à sua estadia. (Gardner, 1975, p. 124).

Destarte, foram essas algumas impressões registradas pelo visitante estrangeiro em sua passagem pelo Piauí, cujas análises levam à ratificação da precariedade comentada, também interpretada e defendida por parcela dos brasileiros que mantiveram contato com essa província e por outros que possuíam domicílio fixo na localidade.

4. A transferência da capital: motivações e efetivações

Apesar de as tentativas terem fracassado, durante o último decênio da primeira metade do século XIX, os interesses em transferir a capital piauiense para uma área de melhor acessibilidade nas comunicações, transportes e potencial de desenvolvimento conquistaram repercussão, promovendo uma série de discussões a esse respeito. Os motivos geraram pareceres favoráveis e também contrários a essa realização, tanto que

o cumprimento da primeira Lei autorizando a referida mudança levou quase dez anos para ser obedecida. (Jornal O Echo Liberal, 1851, nº 117, p. 3).

Atentando para o posicionamento de parcela dos grupos de poder local, havia a compreensão da necessidade piauiense em se inserir de forma mais participativa nos assuntos imperiais. Nesse entendimento, buscava-se vincular esse projeto à ideia de progresso, assim encontrando consonância em boa parte dos envolvidos nesse processo, ativando a percepção de que era preciso tomar novo direcionamento, sendo a disposição geográfica do centro administrativo apresentada como um fator essencial para reverter o estigma dessa província como um lugar estacionário marcado pela concepção de decadência e atraso. (Gandara, 2010, p. 123).

Essa visão também é corroborada nos argumentos analíticos de Vilhena que aponta as discussões sobre esse processo entre as autoridades e do “o esforço de integração do fluxo entre as vilas para canalizar os capitais evadidos para outras províncias”, atrelado ao discurso de centralização da província e das ordens econômicas “não é difícil observar as limitações de Oeiras em personificar a imagem de uma cidade coerente com esse projeto (Vilhena, 2016, p. 81-82).

Dessa forma, procurou-se estabelecer essa causa como sendo a única capaz de alcançar uma condição satisfatória e adequada aos intentos piauienses, objetivando atingir uma situação de prestígio no país, uma vez que o seu desempenho econômico não conseguia gerar boas arrecadações. Circunstância essa agravada, em decorrência dos seus produtos de exportação, serem na maioria escoados pelos portos de Tutóia no Maranhão e Camocim no Ceará, assim, fugindo a arrecadação do fisco local. (Nunes, 1975, p. 105).

Ampliando as condições antagônicas, percebia-se que o fator da localização não atingia apenas o domínio econômico, mas também implicava em outros aspectos; dentre eles, prejudicava a presença do governo imperial na região interiorana, isso resultante das dificuldades de acesso. Acentuando os problemas, essas circunstâncias ainda interferiam na questão da ocupação do território piauiense, pois não estimulava o assentamento populacional, uma carência presente em quase toda a sua extensão, a fim de suprir as lacunas existentes no cultivo da lavoura de subsistência no escoamento da sua produção agrícola e na criação de bovinos. (Sampaio, 1963, p. 154).

Posicionando-se em defesa de interesses comuns, uniram-se nesse momento parcela de representantes políticos, agricultores, criadores e comerciantes, declarando-se favoráveis à mudança da sede provincial, apoiando e concentrando esforços na estratégia de convencimento sobre a importância da sua transferência do centro sul, para o centro-norte do Piauí às margens do rio Parnaíba. (Nunes, 1975, p. 127).

Entretanto, para se concretizar esse intento, precisaram-se cumprir algumas etapas relativas aos dispositivos legais necessários. Todavia, para se chegar à fase final cumpre destacar algumas ocorrências no transcurso dessa idealização, em que grupos apoiadores a mudança e os contrários, se manifestaram em defesa de seus posicionamentos, ocupando principalmente espaços, em jornais e na assembleia provincial.

Os insucessos nas tentativas de deslocamento da capital, realizadas no final do século XVIII e no início do século XIX, das quais foram vitoriosos os favoráveis à manutenção da sede em Oeiras, não conseguiu afastar totalmente esse projeto. O qual foi recomposto na última década da primeira metade do oitocentos. Nesse andamento contou com algumas intervenções, que oportunizaram debates mais amplos e consistentes, tendo em vista haver assinalado a busca por melhorias urbanas e avanços tecnológicos que começavam a ser implementados de forma inicial em algumas cidades brasileiras. Ressaltando, principalmente, a expectativa de participar, embora de maneira módica, do avanço capitalista e de seus benefícios propagados. (Mumford, 1998, p. 449).

Essa nova etapa teve seu reinício efetivamente a partir de 3 de agosto de 1844, através da Lei Provincial nº 174. Nessa ocasião, o presidente da província José Ildefonso de Sousa Ramos, em sua fala na Assembleia, proferiu o seguinte discurso:

[...] para mim pois eh liquido, que a mudança da capital eh uma condição imposta a essa Província para seo engrandecimento e prosperidade; mas onde iremos estabelece-la? Na Villa da Parnahiba? ficará em huma extremidade da Provincia; ... no Município de São Gonçalo? Em lugar salubre, aprasivel, fértil e imediato ao rio Parnahiba? em verdade, na actualidade, he o este lugar que maiores vantagens oferece para este fim, [...] (Relatório da Presidência da Província, 7/7/1844, p. 53-54).

Considerando o pronunciamento presidencial, o local considerado mais apropriado para assentar a nova capital piauiense seria na confluência da área designada Mulato, às margens do rio Parnaíba, a qual posteriormente passaria por uma estruturação no setor de construção civil e receberia o nome de Regeneração. Todavia, o presidente considerou haver sérias dificuldades quanto a sua viabilização, devido aos problemas financeiros pertinentes à província.

Essa deliberação, mais adiante, tornou-se motivo de debate, conferido em 1 de agosto de 1845 na assembleia provincial, através da fala do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, o qual demonstrou completa descrença no cumprimento dessa determinação, uma vez que o lugar escolhido, um deserto, requer obras de elevada monta envolvendo todos os aspectos concernentes a uma cidade. Ele reforça a condição financeira do Piauí como sendo um fator decisivo para a não realização dessa transferência e desdenhou ao indagar porque o seu antecessor não executou a muda e assume que também não realizará e nem os seus sucessores. (Relatório da Presidência da Província, 1/8/1845, p. 35-38).

Mesmo tramitando dentro das formalidades exigidas, deparamo-nos com o descumprimento de algo que parecia concluído e vencido. Todavia, através do pronunciamento de abertura na assembleia em 1848, o presidente da província Francisco Xavier de Cerqueira, ao discorrer sobre o referido assunto, recomenda rever a questão da mudança da capital, uma vez que as duas resoluções anteriores permaneceram como letra morta. Isto é, não teve prosseguimento no processo de conclusão, apesar da legalidade auferida. (Relatório da Presidência da Província, 7/7/1848, p. 19-20).

No ano seguinte, foi estabelecida nova Lei Provincial, em 23 de agosto de 1849, ratificando as disposições anteriores, ocorridas em 1844 e 1845, determinando que o local para a mudança da capital, fosse alterado para a nova vila do Poti. (Pereira da Costa, 1974, p. 456). Todavia, o novo direcionamento foi interrompido com o surgimento de mais um empecilho, através da emissão de uma nova resolução, a de nº 225, de 5 de agosto de 1850, anulando todas as disposições de outrora, referentes à transferência da capital. Decretou-se, assim, outro impedimento atingindo todos os esforços realizados anteriormente. (Nunes, 1975, p. 110-111).

Contudo, José Antônio Saraiva, ao assumir o governo piauiense, tomou como uma de suas prioridades efetuar a mudança do centro administrativo da província para as margens do rio Parnaíba. Assim sendo, pautou esse propósito em argumentações bem elaboradas, empregando como principais sustentações a concorrência econômica com o Maranhão e o enaltecimento do potencial de desenvolvimento que era reservado ao Piauí.

No entanto, para atingir essa condição era fundamental alcançar as lideranças locais através de convencimentos plausíveis. Em uma de suas falas na Assembleia Legislativa Provincial enfatizou que:

É esta Província abastecida de todos os gêneros de importação por meio de Caxias, que compra da cidade de S. Luiz do Maranhão.

Não ignoraes que quando o norte da Província começou a ser povoado, e cultivado, já Caxias se interpunha como obstáculo grande ao florescimento de uma povoação à margem do Parnaíba, que vendesse à Província os gêneros, que ella tinha necessidade de comprar no estrangeiro, e as outras Províncias do Império. A dependência dos negociantes do Piauhy para com os do Maranhão, sob cuja tutela tem até hoje vivido nosso commercio, o poder da rotina, o adiantamento da navegação do Itapicurú, e sobretudo a superioridade do porto da cidade de S. Luiz sobre o de Parnahiba, não consentirão até hoje a emancipação commercio da Província e consequentemente o seu abastecimento pel-a cidade de Parnahiba. (Relatório da Presidência da Província, 3/7/1851, p. 35-36).

Prosseguindo, ele alegou que o seu posicionamento visava unicamente o engrandecimento do Piauí, e somente percebia vantagens nessa intenção, uma vez que a província vivia quase exclusivamente da criação de gado, que era dizimado pelo imposto, pela seca e pela peste, e assim já não oferecia os resultados de antes. Complementando as considerações, afirmou que a alternativa encontrada:

[...] é a mudança da capital da Província para a margem do Parnaíba, e para um lugar, que possa roubar à Caxias sua importância comercial.

Compreendeis, Senhores, que o governo colocado à margem d'aquelle rio conduzira para ali as riquezas, que formão, permita-se-me a expressão, o cortejo da capital da Província. Essas riquezas avultarão, e já podem entrar em lueta com Caxias no empenho de servirem para as transacções mercantis do Piauhy. Digo mais, Senhores, não haverá lueta; porque os comerciantes de Caxias, que fazem o commercio da Província, correrão appressados à estabelecerem-se em nossa capital; porque ahi desfrutarão a dupla vantagem de fazerem o mesmo negócio, que fazião, e gozarem os commodos de uma capital, e a segurança individual e de

propriedade, que se não podem encontrar na mesma proporção em uma cidade sem a vantagem da presença do centro governativo da Província. (Relatório da Presidência da Província, 3/7/1851, p. 37).

Entretanto, na compreensão adversária, competia rememorar que a capital piauiense, Oeiras, era um apreciável centro de movimentação de produtos brasileiros e estrangeiros e, caso fosse afastada do sul da província, estaria dificultando os negociantes e clientes de manter seus interesses. Isso porque ficariam apartados em torno de 60 a 120 léguas do seu ponto de convergência, tendo em vista o impacto da alta no valor dos transportes, o que provocaria a redução da margem de lucro. Assim, desestimularia o comércio existente, levando alguns a buscarem mercados mais rentáveis e outros a decretarem falência, assim culminando na queda e abandono de determinadas atividades produtivas. (Jornal O Echo Liberal, 03/07/51, n 94, p. 1).

Ainda, caso fosse atendido o pleito da insensatez, a província sofreria duras perdas, pois, na disputa pelas águas, o lado maranhense era mais povoado e possuía maior quantidade de proprietários abonados. Essa superioridade decorria expressivamente da navegação desenvolvida no rio Itapecuru, que deságua em São Luís no Maranhão, e principalmente porque ele atendia à desenvolvida cidade de Caxias, detentora de significativa circulação de capitais, sendo responsável pelo fornecimento de diversos provimentos, sobretudo importados, ao interior maranhense e ao território piauiense. Portanto, comprometeria praticamente todas as movimentações produtivas executadas no Piauí. (Jornal O Echo Liberal, 03/07/51, n 94, p. 2).

Certificando-se das condições desfavoráveis a oposição, procurava se cercar de instrumentos de convencimentos capazes de impedir o propósito de Saraiva e ampliar a quantidade de adeptos a causa “não mudista”. Assim sendo,

Os adversários da mudança da capital apresentaram três argumentos principais contra a idéia do Presidente: 1º que o lugar escolhido era insalubre; 2º que seus arredores eram estéreis; 3º que havia falta de prédios para habitação dos funcionários públicos gerais e provinciais. Em último caso, eles opinavam pela mudança para S. Gonçalo, alegando ficar mais perto de Oeiras. (Freitas, 1988, p. 15).

Todavia, mediante o andamento do pleito, e reconhecendo as dificuldades de encontrar meios para inviabilizar o projeto “mudista”, cujas projeções se apresentavam amplamente favoráveis a aceitação do deslocamento do centro administrativo,

[...] alguns cidadãos dirigiram uma representação ao governo Imperial contra o presidente, alegando os prejuízos que sofreriam os interesses de Oeiras. “Reconheço, respondia o dr. Saraiva, que a mudança da capital fere interesse e preconceitos; mas altas conveniências, nem o futuro do Piauí deve ficar prejudicado pelo fato de ter sido prejudicadas algumas quantias em alguns edifícios público” (Freitas, 1988, p. 14).

Reconhecidamente, tratava-se de um tema polêmico, cujos encaminhamentos interferiam em distintos proveitos, pois envolvia importantes negócios estabelecidos em Oeiras. Os quais atendiam o segmento privado e a esfera governamental, buscando desenvolver condições capazes de dinamizar a participação econômica dessa província a nível local e os interesses do Império. (Jornal Echo Liberal, 1852, n 120, p. 3).

5. Irrompe Teresina

Nesse ínterim, o conhecimento dessa intenção já percorrera o Piauí, gerando perspectivas, instigando a intervenção de grupos de outras localidades, simpatizantes ao projeto, a se aliarem ao governo provincial nesse propósito. Atentando para essa compreensão:

Em 1850-1851, grande número de moradores das vilas de Parnaíba e Piracuruca e a câmara municipal de Campo Maior se dirigem ao presidente da província dr. José Antônio Saraiva, sobre a mudança da capital, discutem as suas vantagens, opinam pela escolha da cidade da Parnaíba pelos seus recursos naturais e outros elementos de vida e prosperidade, mas não sendo, assim, possível, opinam pela vila nova do Poti, pela sua vantajosa situação à margem do Parnaíba e outras vantagens de fácil compreensão. (Pereira da Costa, 1974, p. 456).

Ao tomar posse da presidência do Piauí, em 7 de setembro de 1850, o presidente José Antonio Saraiva deparou-se com essa questão, complicada e controversa carecendo ser resolvida, tendo em vista o desgaste que a mesma vinha provocando em sucessivas administrações. Percebendo esse assunto como algo fundamental e de sua responsabilidade, também acreditando no respaldo de parcela da população, mobilizou esforços e investiu em estudos sobre o plano de mudança da capital. (Jornal O Echo Liberal, 1850, n.52, p.1).

Apesar das dificuldades da época quanto aos meios de transporte, logo que possível, viajou para a vila velha do Poti, chegando em novembro do mesmo ano. As análises iniciais, confirmaram que as enchentes regulares provocadas pelo rio Poti, afetavam esse lugar de várias maneiras, pois as consequências das inundações implicavam no surgimento de doenças, estrago de plantações e destruição de casas. (Nunes, 1975, p. 97).

Após a verificação dos problemas que envolviam a localidade, promoveu uma prévia visita ao termo onde funcionava anteriormente uma fazenda de criação de gado, conhecida como Chapada do Corisco, as margens do rio Parnaíba, a pouca distância da vila velha do Poti. Decorrente da inspeção, concluiu por ser este o espaço ideal para o erguimento da nova vila poticense, mesmo ficando a 90 léguas do litoral pela hidrovia e a 70 léguas por terra. (Pereira da Costa, 1974, 461-462).

Tendo definido o lugar para iniciar o assentamento da futura capital da província, aproveitou o apoio de considerável parcela dos moradores e se certificou de promover acordos com os proprietários das áreas escolhidas. Diante desses encaminhamentos, oportunamente utilizou a ocasião para fazer cumprir a deliberação da Lei Provincial nº 140 de primeiro de dezembro de 1842, que estabelecia a mudança, do Poti velho para Poti novo, se embasando nos problemas identificados. (Pereira da Costa, 1974, p. 461). Somente após deliberar sobre as devidas medidas e estratégias, quanto ao andamento dos empreendimentos necessários, resolveu voltar a Oeiras. (Nunes, 1975, p. 106-107).

Tendo retornado à capital, realizou uma tentativa de convencimento quanto aos benefícios que seriam ocasionados pelo deslocamento para a região centro-norte do Piauí, que já dispunha de excelente localização, recursos garantidos e projeção de desenvolvimento. Contudo, Saraiva tinha consciência de que essa explanação proferida na ocasião da assembleia provincial, em 1851, certamente, não seria conclusiva, pois estava diante do mesmo grupo que anteriormente anulou todas as determinações sobre a transferência da capital. Na condição de governante e cumpridor das leis, realizou as formalidades cabíveis; no entanto, apesar da pouca experiência no exercício da função, não submeteu a votação o seu intento, pois considerava ser praticamente certa a derrota, e optou por aguardar as eleições que se aproximavam, para a escolha da nova

composição de deputados provinciais. (Relatório da Presidência da Província, 1/7/1852, p. 33-34).

Nesse ínterim, Saraiva manteve em andamento as obras na Chapada do Corisco e promoveu diligentes mobilizações, a fim de conseguir eleger uma bancada alinhada com os seus propósitos. O desfecho da eleição apresentou resultados favoráveis em relação a sua formação, pois foram eleitos deputados, em sua maioria, bem articulados com a presidência provincial. (Alencastre, 1857, p. 118). Ao expressar a convicção na vitória de candidatos que formariam sua base aliada e conseqüentemente defenderiam seus planos, expôs indícios de determinada prática política existente na época, a qual possibilitava haver direcionamentos em favor das autoridades públicas e do partido dominante, que influenciavam no resultado eleitoral. (Graham, 1997, p. 116).

Sentindo-se seguro quanto ao apoio da maioria dos deputados, colocou em pauta na assembleia realizada em 1852, a questão da transferência da capital para a nova vila do Poti, que seria elevada à condição de cidade, passando a se chamar Teresina, este nome em homenagem a imperatriz do Brasil dona Teresa Cistina Maria. O resultado final foi de aceitação da proposta do presidente, com ampla margem de votos favoráveis, assim, ratificando as suas previsões. Também, nessa oportunidade, agiu expressamente deliberando sobre os meios necessários à efetivação do deslocamento do centro administrativo. (Alencastre, 1857, p. 118).

Enfim, de acordo com a Resolução nº 315, de 21 de julho de 1852, foi autorizada a mudança da sede provincial piauiense, deslocando-se de Oeiras para a Chapada do Corisco. (Nunes, 1975, p. 112). Seguindo esse direcionamento, foram tomadas as providências necessárias, e em 7 de agosto Saraiva e sua comitiva partiram de Oeiras, cumprindo um percurso de 80 léguas, até chegar em Teresina a nova capital no dia 14 do mesmo mês. (Monteiro, 2015, p. 49).

De acordo com Carlos Monteiro (2015, p. 50), passado esse primeiro momento, e já exercendo as suas funções na nova sede, no dia 16 de agosto, despachou uma circular destinada a todas as Províncias do Brasil, relatando os acontecimentos:

Tenho a honra de comunicar a lisa, que o corpo legislativo provincial autorizou pela Lei nº 315, de 21 de julho do corrente ano, a transferir a capital desta Província para a nova cidade de Teresina, e que já dei execução a essa Lei, pelo que me acho residindo nesta cidade à disposição de V. Exa. (Chaves, 1994, p. 20).

Dessa maneira, concluiu-se uma importante e protelada realização, que para Antonio Saraiva tratou-se do mais relevante acontecimento efetivado no Piauí, constituindo-se em um marco do progresso, pois a partir desse feito se estabeleceram as bases necessárias ao seu desenvolvimento. Entretanto, era preciso dar prosseguimento as atividades, pois havia bastante por fazer, uma vez que a maioria das obras ainda estavam incompletas, carecendo a implementação de uma maior dinâmica, com a finalidade de proporcionar com rapidez as melhores acomodações possíveis.

6. A capital beira-rio

Uma das conquistas considerada de estimável relevância na época ocorreu na inauguração da capela-mor da de Nossa Senhora do Amparo em Teresina, atingindo seu auge com a realização de sua primeira missa, pois envolvia o credo de praticamente toda a população, sendo a mesma ligada ao governo oficial. (Pereira da Costa, 1974, p. 466). Vale ressaltar que os habitantes do Poti assumiram parcela dos encargos da edificação do templo, mas coube então, ao Governo Central arcar com outra fração, de acordo com sessão realizada em 4 de julho de 1851. (Anais do Senado, 1851, livro 3, p. 22)

Sobre a condução político administrativa, Saraiva, através de relatório provincial em 11 de março de 1853, na ocasião da passagem da administração da província na cidade de Teresina, assim se expressou:

Tenho dito a V. Exa. As razões pelas quais tanto me empenhei em realizar a mudança da capital, devo agora ocupar-me da maneira porque se efetuou a mesma mudança. No dia último de julho adiei a assembleia provincial, e nos dias 1, 2, 3, 4, 5, e 6, dei as ordens para que no prazo de 60 dias se achassem nesta cidade os empregados da secretaria, e para que estivessem prontos para isso, ao primeiro aviso, os empregados das tesourarias. Ordenei ainda que os educandos, e a administração do correio partissem no mais breve espaço de tempo possível, e saí de Oeiras no dia 6 com destino à nova capital, aonde, chegando no dia 13, reconheci que havia acomodações para as tesourarias, pelo que, dias depois, logo ordenei a vinda delas. (Pereira da Costa, 1974, p. 457).

Proseguindo no seu relatório, assegurou que a partir de outubro do mesmo ano, estariam em condição de pleno funcionamento a secretaria, a tesouraria e a

administração do correio. Estando essas repartições bem acomodadas, em prédios de qualidade satisfatória, sendo todos esses imóveis concedidos de forma gratuita por um prazo de um ou dois anos, por moradores da cidade. Referindo-se às adequações do palácio, considera-as de boa qualidade, o suficiente para estabelecer uma grande família, carecendo apenas de mobília permanente, pois as existentes eram emprestadas, sendo a condição de permanência gratuita também de dois anos.

Reportando-se à questão militar, a força de linha responsável pela guarnição da capital chegara em novembro, e se encontrava acomodada em uma casa cedida pelo mestre de obras, aguardando que fosse concluído o quartel que já havia sido iniciado. Também conseguiu moradia para os funcionários que vinham com suas famílias de Oeiras e considerou que os educandos se encontravam perfeitamente instalados.

Ao tratar da questão financeira, mencionou que as despesas gerais, com a mudança, alcançaram as cifras de 30:000\$000, e que o ministério do Império em resposta, aprovou esse procedimento divulgando por nota em 9 de outubro de 1852. Finalizando, expressou sua satisfação com a realização, expondo que dois anos antes aquela localidade encontrava-se completamente despovoada, coberta de cerrado e arvoredo. (Pereira da Costa, 1974, p. 458).

7. Fontes impressas

1. Anais do senado - Sessões de julho de 1851 - Senado Federal Secretaria de Anais - Brasília, 1978;
2. Jornal O Echo Liberal (1849-1851) - Oeiras – Piauí;
3. Relatório da presidência da província do Piauí apresentados à Assembleia Legislativa Provincial (1844-1889).

8. Referências Bibliográficas

- Alencastre, José Martins Pereira de. (1857). *Memória Chronologica, Histórica e Corographica da Província do Piauhy*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo XX.
- Andrade, Manuel Correia de. (1979). *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE.
- Aquino, Aécio Villar de. (1980). *Nordeste século XIX*. João Pessoa: EDUFPA.

- Arraes, Damião Esdras Araújo. (2012). *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – USP/FUA. São Paulo.
- Arraes, Damião Esdras Araújo. (2012). Três caminhos, uma cidade: notas sobre a urbanização de Oeiras do Piauí entre os séculos XVII e XVIII. In: *III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica*, Rio de Janeiro. História das Cidades.
- Brandão, Tanya Maria Pires. (2012). *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Carvalho, José Murilo de. (2003). *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chaves, Joaquim (Mons.). (2005). *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Chaves, Joaquim (Mons.). (1994). *Teresina: subsídios para a história do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves.
- Costa, F. A. Pereira da. (2005). *Cronologia histórica do estado do Piauí*. São Paulo: Artenova, 1975.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda.
- Freitas, Clodoaldo. (1988). *História de Teresina*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves.
- Gandara, Gercinair Silvério. (2010). *Rio Parnaíba...Cidades-Beira*. Teresina: EDUFPI.
- Gardner, George. (1975). *Viagem ao interior do Brasil (1836-1841)*. São Paulo: Itatiaia.
- Graham, Richard. (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Lima, Solimar Oliveira. (2016). *Fazenda: pecuária, agricultura, e trabalho no Piauí escravista (Séc XVII – Séc XIX)*. Teresina: EDUFPI.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. (2004). “Do Império do Brasil ao Império do Brasil”. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Org.). *Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos*. 1.ed. Porto: Universidade do Porto, v.2, p.727-736.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. (2005). Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In.: *Almanack Braziliense - Revista Virtual*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-26.
- Mello, Evaldo C. de. (1983). *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo. (2015). *Rua da Glória*. Teresina: EDUFPI.
- Monteiro, Francisco Gleison da Costa. (2016). “[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província

- do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE. Recife.
- Monteiro, Francisco Gleison da Costa. (2017). A ação política do governo provincial na construção da economia do Piauí na 2ª metade do século XIX. In: ARAÚJO, Johny Santana de Araújo (Org). *História e Novos Paradigmas*. Teresina: EDUFPI.
- Mumford, Lewis. (1998). *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes.
- Nunes, Odilon. (1975). *Pesquisas para a História do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova.
- Queiroz, Teresinha. (2006). *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI.
- Queiroz, Teresinha. (2011). *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI.
- Rêgo, Ana Regina Barros Leal. (2001). *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Sampaio, Antônio José de. (1963). *Descrição Geral do Estado do Piauí*. Teresina: Gráfica Assembleia Legislativa.
- Santana, R. N. Monteiro de. & SANTOS, Cineas. (Orgs.). (2007). *O Piauí e a unidade nacional*. Teresina: FUNDAPI.
- Vilhena, Gustavo Henrique Ramos de. (2016). Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852). Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE. Recife.